

O USO DO CONCEITO DE RELAÇÃO PATRIMONIAL NOS ESTUDOS SOBRE REPRESENTAÇÕES DO PATRIMÔNIO: ENTRE O OBJETO E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

PEDRO R. N. F. VARGAS*

Resumo: Este texto se desdobra em dois pontos: o primeiro é a intenção de trazer à luz algumas questões conceituais no campo do patrimônio cultural, e o segundo ponto de discussão é, a partir do entendimento de patrimônio como campo de ação multidisciplinar, discutir o papel e a contribuição do historiador para a prática da ação patrimonial na atualidade. O ponto de partida para as conclusões a que chegou este artigo foi um estudo sobre a atuação de uma equipe de trabalho multidisciplinar reunida para formatar e realizar a restauração de um bem cultural complexo.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Restauração, Relação Patrimonial, História, Arquitetura, Porto Alegre, Mercado Público.

Abstract: This text unfolds on two points: the first is intended to bring to light some conceptual issues in the field of cultural heritage, and the second point of discussion, is based on the understanding of heritage as a multidisciplinary field of action, and discusses historian's role and contribution to heritage practice today. The starting point for the conclusions reached by this article was a study on the role of a multidisciplinary team assembled to format and developed the restoration of a cultural complex building.

Keywords: Cultural Heritage, Restoration, Relationship Heritage, History, Architecture. Porto Alegre Public Market.

Introdução

O papel e a atuação dos historiadores no campo do patrimônio vêm passando nos últimos anos por uma profunda inflexão. Na mesma medida que o conceito de patrimônio expandiu sua área

* Projeto Monumenta-Porto Alegre-Minc-IPHAN-SMC/PMPA
E-mail: pedrovargas@smc.prefpoa.com.br; pedrorubens@ibest.com.br

de atuação nas últimas décadas, deixando de dar ênfase apenas as características técnicas ou estéticas dos artefatos em si, como expressão do patrimônio cultural, para entender os artefatos e espaços como expressões de práticas sociais e processos de representações de agentes sociais, a história enquanto disciplina, tem passado do papel de ciência subsidiária à atuação em especial de arquitetos, para dar sua contribuição nas expressões sobre o pensamento atual das práticas patrimoniais. É nesse sentido, que este artigo vem trazer para o debate a experiência da aplicação do conceito de relação patrimonial no campo do patrimônio e estudos urbanos.

A base para as considerações que tomarão forma ao longo do texto é um estudo de caso que teve como objetivo primeiro, uma dissertação de mestrado¹ defendida no ano de 2011 na Faculdade de Arquitetura, no Programa de Pós-graduação em Urbanismo - Propur - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O estudo em questão teve por mote uma pesquisa que visou analisar a influência do processo de restauração (1992 – 1997) realizado no Mercado Público de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Brasil, nas significações atribuídas àquela edificação por quatro grupos de sujeitos sociais: os técnicos que compuseram a Equipe Técnica de Restauração, os comerciantes que exercem suas atividades no Mercado, autodenominados de mercadeiros, os sacerdotes de religiões de matriz africana e os militantes do movimento negro local. O conceito que embasou o trabalho é o de relação patrimonial onde o objeto deixa de ser o elemento estruturante da concepção de patrimônio, passando a ser esse elemento estruturador a relação que se estabelece entre a) os sujeitos sociais, b) o objeto (Mercado Público) e c) o cenário (espaço urbano).

Os dados que permitiram as conclusões da dissertação foram obtidos por meio de doze entrevistas qualitativas semi estruturadas, com representantes do público alvo da pesquisa, e a elaboração de vinte e quatro mapas mentais por parte dos

1 O Mercado Central de Porto Alegre e os Caminhos Invisíveis do Negro: Uma Relação Patrimonial - Dissertação de Mestrado, PROPUR/UFRGS, 2011, Sob orientação do Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

pesquisados. A interpretação destes “mapas”, comparadas com a análise das entrevistas, formaram o corpus metodológico que permitiram a utilização do conceito de relação patrimonial nos estudos de urbanismo, e serão apresentados ao correr deste paper.

As considerações aqui levadas a cabo, dizem respeito ao grupo denominado de técnicos do patrimônio, que contempla profissionais de campos acadêmicos variados como arquitetos, engenheiros, economistas, historiadores e sociólogos. Será enfatizado o cruzamento de olhares diverso e muitas vezes conflitante entre, principalmente arquitetos, e representantes dos saberes das ciências humanas.

A crise do objeto: o que é o patrimônio e para quem faz sentido?

O campo do patrimônio² como pensa Castriota (2010), vem passando nas últimas décadas por dois movimentos simultâneos e não mutuamente excludentes: um que segue no sentido de uma expansão, indo de um conjunto regras, normatizações e produção de conhecimento restrito a um grupo de especialistas sobre o monumento, ou objeto, entendido apenas na sua condição de substância material, fonte de informação importante por si mesma, autônoma em relação as suas condições de produção, para um tema complexo, que se tornou interesse de uma gama crescente de agentes sociais na medida em que o artefato (objeto patrimonial) passou a ser entendido como expressão de práticas sociais e processos de representação.

O deslocamento orientado para outros campos do conhecimento e disciplinas é o outro movimento ocorrido na área do patrimônio. Castriota (Op. Cit.) afirma que surge no

2 Entende-se por campo neste texto, o conceito advindo do pensamento de Bourdieu, que pressupõe a constituição de um sistema de relações objetivas entre atores sociais encarregados da defesa e a criação de um conjunto de normas e tarefas práticas e simbólicas, que são ao mesmo tempo, alvo de disputas por representações entre os agentes do campo. Nesse sentido, caberia ao campo do patrimônio, segundo Lewgoy (1992) as tarefas e práticas simbólicas ligadas ao tombamento e preservação de bens culturais.

findar do século XX a ideia de “patrimônio ambiental urbano” que traz na sua gênese a aproximação de três campos, quais sejam a preservação do patrimônio; o planejamento do território e a preservação ambiental. Este movimento acontece em meio a uma realidade de crescente complexidade que leva a alterações internas em cada uma das áreas ou disciplinas apontadas. O tema da preservação do patrimônio vai paulatinamente abandonando a noção reificada de monumento e passa a incorporar sítios e centros urbanos, abarcando hoje, a moderna concepção de patrimônio imaterial, mais preocupada em registrar os processos de transmissão de conhecimentos e os sentidos a estes referidos do que os meios materiais de informação. Em outras palavras passa a ser preservar o patrimônio a preocupação com a dimensão cultural dos objetos e do ambiente construído.

Patrimônio passou a ser um tema muitas vezes controverso que não só provoca comoção³ em grupos diversos de atores sociais, bem como conduz a discussões, que acentuam uma série de interesses que vão de econômicos a políticos e sociais, passando a ser partilhado por toda a sociedade, e por este mesmo motivo, agregou a sua seara de especialistas, majoritariamente composta por arquitetos, profissionais de outras áreas como é o caso de economistas, administradores, urbanistas, sociólogos, arqueólogos, antropólogos, geógrafos e historiadores.

No entanto, a possibilidade de ação multidisciplinar que o campo de conhecimento do patrimônio enseja, não acontece com o mesmo peso em termos de influência e poder de decisão, gerando um cruzamento de olhares distorcido, que vai se manifestar no predomínio do conhecimento do objeto sobre o entendimento a respeito do processo de patrimonialização. Em outras palavras, a compreensão das múltiplas relações sobre como determinado objeto ou manifestação cultural se torna patrimônio é menos importante do que o estudo do objeto patrimonial em si. Este último enfoque é o que vem a ganhar fôlego na implantação e gestão de políticas públicas na área do patrimônio.

Em uma análise epistemológica desta situação Chuva

3 Comoção entendido como sentimento social que provoca reação e campanhas mundiais em situações de ameaças concretas e imediatas à preservação do patrimônio, como é o caso de guerras, guerras civis e revoluções, entre outros fatores.

(2012)⁴ recorre à relação entre ciência e seu objeto de pesquisa, para destacar a proximidade do olhar entre a arquitetura formulada como disciplina e os artefatos, estes entendidos como edificações isoladas ou agrupadas e o espaço que as contêm. Por este viés, o papel da história, enquanto disciplina preocupada não com um objeto de pesquisa em si mesmo, mas de forma mais difusa, ocupada na compreensão de relações sociais e conexões no tempo e no espaço, fica esvaziado. Ao profissional de arquitetura que concentra a maior capacidade de sua expertise na definição das características do objeto (artefato), vai interessar a informação histórica subsidiária e sucinta que pode mesmo prescindir do trabalho de um historiador de carreira.

Já as relações sociais que propiciaram as condições de produção do objeto, bem como os significados que este objeto possui para agentes sociais, caráter este que vai tornar um objeto ou artefato um bem patrimonial, são com certeza, pertinentes ao ofício do historiador, mas em boa parte dos casos, não são determinantes para definir o modo de restaurar ou salvaguardar um bem patrimonial, tarefa esta levada a cabo por arquitetos em sua maioria.

A questão que se delinea não é tanto a importância que o objeto realmente possui na sua condição de bem patrimonial, ou seja, de agente mediador entre o passado e o presente, e pode-se mesmo dizer da dimensão de futuro, de vez que o ato de preservar carrega em si a intenção de construir referências para as gerações que virão. A questão essencial é na verdade, o olhar que é jogado sobre o objeto patrimonial. A perspectiva de visada sobre o objeto, e que é particular para cada uma das disciplinas que na atualidade contribuem para o campo de conhecimentos do patrimônio, é que produz respostas diferentes a um conjunto de questões também de cunho diverso, mas que marcam a identidade de interesses de cada uma das disciplinas envolvidas com a questão patrimonial.

É nessa forma de entendimento que faz sentido a especulação de Menezes (1988) sobre as qualificações do objeto. Entre estas

4 CHUVA, Márcia Regina Romeiro – livre interpretação do autor extraída da palestra proferida na Mesa Redonda: O Olhar da História: Problematizando o Patrimônio. XII Encontro Estadual de História – Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul\ANPUH-RS 23 a 27 de julho. Rio Grande, RS 2012.

destaca o papel central que possuem os objetos materiais nos processos de rememoração, processo esse que é tanto de palavras quanto de coisas. A exterioridade, a concretude, em suma, a natureza física dos objetos materiais acabam por trazer marcas específicas à memória dos grupos. Menezes (op. cit.) com acuidade alerta que:

Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente (MENEZES, 1998. P. 92)

A questão aqui colocada é que sobre os objetos é lícito pensá-los como um documento, ou seja, como suporte material com capacidade de fornecer informações. No entanto, deve-se estar atento ao fato de que estes documentos materiais também podem mudar e sofrer transformações ao longo do tempo, passando a ter os objetos mesmos, também uma trajetória.

Nesta linha de argumentação, a de que tal quais os seres humanos, a longevidade ou permanência no tempo, produz mudanças ao longo de uma trajetória, é preciso que se examine a influência do objeto para os grupos sociais em situação (MENEZES, 1998), ou melhor, levando em consideração a conjuntura e o efeito que as transformações sofridas pela unidade material causam nas significações e na memória social auferida pelos grupos estudados. Em outras palavras, um objeto uma vez tombado, não se torna suporte de informações cristalizadas, sendo que as ações próprias do campo do patrimônio, como normatizações, restaurações, requalificações de sítios históricos, tombamentos e mesmo políticas públicas nesta área, podem mudar as significações auferidas pelos grupos sociais em relação aos objetos que representam seu patrimônio, criando novos parâmetros para a apropriação simbólica do bem patrimonial pelos agentes sociais.

O objeto entendido como um suporte sensorial de informações, e ao mesmo tempo, como um documento que deve ser lido em situação, ou seja, considerando a conjuntura, em que novas possibilidades de leitura são dadas, traz à tona a oportunidade de retomar as perspectivas de entendimento

diferenciadas entre arquitetos e historiadores. Nesse rumo, o mesmo objeto patrimonial carrega em si a possibilidade de ser visto tanto como com destaque sobre as características da sua natureza física, como é o caso das linhas arquitetônicas e período construtivo, como sobre as considerações em relação ao processo, ou processos que levam à sua patrimonialização. O primeiro caso é o norte das pesquisas de arquitetos, o segundo é o que move a contribuição dos historiadores.

Este texto tem como foco as percepções sobre patrimônio no meio urbano, lócus que concentra a maior parte do stock de edificações e espaços considerados patrimônio cultural. Nesse contexto, Arantes (2004) chama a atenção para a cisão existente entre estudos a respeito do espaço urbano edificado por um lado, e os que tratam de processos sociais recorrentes em centros urbanos por outro, distinção a qual nomeia entre urbanismo e processo de urbanização. Para o mesmo, tal tendência se manifesta na forma de uma dissecação técnica do chamado fenômeno urbano, por meio de trabalhos que apontam para a dissecação, relativamente independente de temas como: formação do valor imobiliário, práticas de sociabilidade e processos políticos.

Embora as análises de Arantes (Op. cit.) se dirijam com maior relevância para a área do urbanismo, pode-se perceber em seu trabalho a existência de uma dicotomia entre a produção arquitetônica, baseada no interesse pelo espaço edificado, e uma produção de várias disciplinas das ciências humanas preocupadas com práticas de sociabilidade neste mesmo espaço, no entanto, atuando quase como de forma independente, longe da constituição de um pensamento multidisciplinar sobre o meio urbano.

O estudioso apresentado propõe como possibilidade de fugir a esta visão dicotômica entre urbanismo e processo de urbanização, compreender os objetos (edificações e espaços edificados) e, no nosso caso o patrimônio material, na condição de recurso, não apenas do ponto de vista econômico voltado ao caráter imobiliário, como é comumente tratado, mas deve-se avaliar este patrimônio no sentido prático e simbólico, “como bens acumulados e transmitidos pelas sucessivas gerações e que

podem servir a novos usos” (ARANTES, 2004). A forma como esses recursos podem transmutar para usos com finalidades diferentes para as quais foram construídos devem, para Arantes (op.cit.), serem entendidos como processos sociais de atribuição de sentido às coisas materiais.

Tal análise se mostra interessante por organizar a leitura do objeto patrimonial não na sua materialidade, mas no processo de atribuição de sentidos a este mesmo objeto, sentidos estes que podem ganhar contornos diferentes, na medida em que estes bens mostram a possibilidade de ir adquirindo novos usos para os sujeitos sociais, muitas vezes diferentes do uso e função original.

No entanto, mesmo pensando-se o objeto como um recurso a ser transmitido, é ainda o objeto que organiza a concepção de patrimônio. A proposta deste artigo, por outro lado, é contribuir para os estudos sobre patrimônio trazendo o conceito de relação patrimonial,⁵ conceito este advindo e desenvolvido pela área museológica que estrutura a concepção de patrimônio não no objeto, nem tampouco no sujeito social, mas antes na relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto. Esta relação acontece necessariamente em local que organiza o discurso dos objetos, chamado de cenário.

A relação patrimonial compreende um jogo metafóricamente triangular de interação e influência mútua entre sujeitos sociais, objetos e cenário, este último aqui entendido como espaço urbano. O conceito em questão não se preocupa apenas com a conservação do objeto patrimonial, mas também com a leitura que o sujeito faz deste objeto, bem como a influência que o local onde o objeto está disponível ao olhar do sujeito exerce tanto sobre este quanto sobre aquele.

É importante salientar que o estabelecimento desta relação se constitui por uma interação informativa em que os dois lados desta se transformam: os agentes sociais pela apreensão

5 Relação patrimonial é definida como a relação estabelecida entre sujeitos/grupos sociais e os objetos que dão significado a sua cultura, e se realiza num cenário, que para Waldisa Russio, evocada por Araújo (2004), é institucionalizado, pelo motivo de sua linha de pensamento ser orientada para os museus.

da informação e o objeto pela revitalização e ampliação do seu valor simbólico. É uma espécie de via de mão dupla, no sentido de que modifica a visão do sujeito sobre o objeto e, ao mesmo tempo, modifica o objeto, que para o sujeito passa a adquirir um novo sentido. Este aprendizado gera um comportamento, pode-se mesmo dizer, gera um comprometimento dos sujeitos ou agentes sociais em relação aos objetos patrimoniais.

Entretanto percebe-se que para levar adiante a opção de utilizar o conceito de relação patrimonial nos estudos relacionados ao patrimônio, em especial nos centros urbanos, é preciso prestar atenção a dois condicionantes:

O primeiro é a possibilidade de pensar o espaço urbano como um espaço musealizado, ou seja, um espaço que compreende um conjunto de objetos (edificações, espaços públicos, traçados de ruas) organizados, e que é suporte de informação a sujeitos sociais. Ou seja, pensar o espaço urbano como uma exposição museológica, pressupõe uma intenção, onde os bens patrimoniais são mostrados como lugares de memória. No entanto, estes objetos tal qual ocorre em um museu, podem ser lidos por um olhar diverso da intencionalidade pretendida na organização do espaço, e serem resignificados e adquirir funções diferentes para as quais foram criados.

A segunda condição é estar atento ao fato de que ao ser estabelecida uma relação patrimonial entre agentes sociais e objetos patrimoniais é gerado um processo de conhecimento a partir da interação informativa que tal situação oferece. O cenário onde a relação patrimonial se estabelece, ou mesmo o próprio objeto se constituem como um lugar informado, capaz de produzir, portanto, aprendizado.

As considerações feitas até o momento são as bases para que se entenda o estudo de caso que originou este artigo, qual seja a análise das representações de patrimônio para quatro grupos sociais diversos a partir dos trabalhos de restauração do Mercado Público de Porto Alegre ocorrido entre os anos de 1992 a 1997.

No entanto, serão destacadas ao correr das próximas linhas, apenas as representações de patrimônio pesquisadas para o grupo de técnicos que compôs a Equipe Técnica de Restauo.

A partir deste momento, o texto passa a sofrer uma inflexão, passando a ter um caráter mais descritivo em contraposição às razões de cunho mais analítico que vinham se desenvolvendo até o momento. Considera-se pertinente para o desenvolvimento dos argumentos deste artigo, esta divisão textual entre produção analítica, e narrativa de uma experiência de um trabalho de restauração que envolveu profissionais de diversos campos do conhecimento.

O Mercado Público é tombado como patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre desde 21 de dezembro de 1979. Ao longo de sua história resistiu a três incêndios, o primeiro em 1912 (de grandes proporções), outro em 1976 e por último ao sinistro de 1979. Foi alvo ainda de ameaças de demolição nas décadas de 1960 e 1970. Embora o prédio assinalado tenha passado por reformas ao longo dos anos, principalmente após os dois últimos incêndios citados, estas de curto fôlego, e por uma grande intervenção na primeira década do século XX, quando recebeu um segundo pavimento, é indiscutível que a restauração ocorrida no prédio entre os anos de 1992 a 1997, foi uma referência para a área de conservação patrimonial na cidade de Porto Alegre, e com certeza alcançou a mesma importância para obras desta envergadura no estado do Rio Grande do Sul.



Fig. 1 Mercado Público e a cobertura fruto da restauração de 1992-1997 Imagem: Gilberto Simon-PMPA

O Mercado Público Central de Porto Alegre quando inaugurado em outubro de 1869, era um quadrilátero formado por um piso e quatro torreões nas extremidades, e no interior do edifício podia-se observar a existência de um logradouro calçado que alguns anos mais tarde, em 1873 foi arborizado. Por necessidade de organização de espaço, no ano de 1887 foi construído um conjunto de 24 chalés (bancas de vendas) de madeira, destruídos por um incêndio em 1912 (LORENTZ, 2003), no mesmo período em que este prédio passava por obras de ampliação com a construção do segundo pavimento, ocasião em que foi elaborado nas fachadas elementos decorativos que dão a edificação o aspecto neoclássico que ostenta até os dias atuais. Ainda em 1912, os pontos de venda de madeira destruídos pelo incêndio referido, foram substituídos por bancas com estrutura de ferro.

Outra informação importante é a de que o pátio interno do prédio era limitado, em suas dimensões, por um conjunto de arcos. Essencial ainda é a referência a ser o Mercado construído no período escravista e ter como mão de obra arregimentada para os trabalhos uma maioria de escravos negros.

Estas informações, obtidas a partir do exame da estrutura do prédio e pelas referências encontradas na documentação escrita e em acervos de imagens, visando dar suporte aos trabalhos de restauração, era em parte conhecido e reelaborado pelos atores sociais que elaboram representações de patrimônio a partir do Mercado Público.

Ao grupo de técnicos do patrimônio coube priorizar as informações obtidas a partir do exame da edificação e das pesquisas históricas, que diziam respeito às características da unidade material em si. A (re) descoberta de que a construção original do prédio continha um pátio interno dividido em quatro quadrantes, um centro que organizava o cruzamento de quatro entradas, e era ladeado por um conjunto de arcos, foi decisivo para o projeto de restauração que foi implantado.

A Equipe Técnica de restauração e o cruzamento de olhares

Esta equipe de trabalho⁶ contou ao longo dos anos em que atuou com seis arquitetos, sendo um deles consultor externo em restauração, dois historiadores, um sociólogo e um economista especialista em abastecimento. Do ponto de vista organizacional, se faz necessário esclarecer que o técnico especialista em abastecimento, em 1990 assumiu o comando da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC) da capital. Por este fato, o mesmo passou a comandar a coordenação geral do processo de restauração do mercado central, reforçando o caráter político da importância daquela intervenção, e a Equipe Técnica de Restauro pode contar para as obras em si, com um coordenador e um vice-coordenador. Além destes profissionais, foi necessário o trabalho de consultores engenheiros e economista, que realizaram tarefas específicas previstas no escopo do projeto.

O número de profissionais desta equipe não foi o mesmo do começo ao fim dos trabalhos de restauração. Durante o processo de intervenção no Mercado Público, dois arquitetos, um historiador e o sociólogo, deixaram o Projeto. Um dos arquitetos por divergências com a equipe e os demais profissionais por motivos pessoais e profissionais como a assunção de outras funções em suas secretarias municipais.

Embora o trabalho da Equipe de Restauro, que concentra a maioria de seus componentes na área de arquitetura, estivesse focado em soluções para a edificação tombada como patrimônio histórico dos porto-alegrenses, o Mercado Público, que manteve a sua função original de centro de abastecimento da população, de comércio no setor de alimentação, mostrou-se, sobretudo um espaço social complexo.

O projeto de restauração foi sendo desenvolvido ao longo da atuação da Equipe nas dependências daquele centro de abastecimento. Os anos de 1990 a 1992 foram dedicados às soluções de restauro no nível de projeto. Durante todo o trabalho

6 Sobre a diversidade de olhares entre historiadores e arquitetos nesta Equipe Técnica, ver: VARGAS, Pedro R. História e Arquitetura na Restauração de Bens Culturais: Uma Relação a ser (Re) Descoberta. 2º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. CD. Belo Horizonte, 2011

de restauração (1990 a 1997), a Equipe se manteve instalada no prédio que foi alvo de seu trabalho. Essa convivência com o objeto a ser restaurado revelou aos profissionais da Equipe Técnica uma gama insuspeita de atuadores do espaço urbano, que na condição de usuários do Mercado Público, com o mesmo mantinham relações sociais diferenciadas.

A interação, todavia, dos diversos grupos de usuários com ambientes físicos ou funções diferenciadas do mercado influenciou diretamente no projeto de restauração, gerando pontos de divergências e conflitos internos na equipe técnica. Essas divergências se manifestaram em conceitos diferenciados de restauração e de patrimônio.

As decisões no grupo de trabalho eram tomadas por consenso da maioria e raramente por unanimidade. As pesquisas trazidas pelos profissionais de história e sociologia, durante o processo de restauração apontavam para uma relação diferenciada de uso e apreensão do espaço no Mercado Público por grupos sociais diversos, como por exemplo: que o lado do prédio voltado para a Praça Parobé era frequentado por trabalhadores pobres e apresentava algumas cenas de violência e prostituição. Já os pontos de vendas que se relacionavam com a Av. Júlio de Castilhos contavam com a presença de trabalhadores informais e de baixa renda, a maioria oriunda da construção civil, e ainda, que pela Av. Borges de Medeiros adentravam nos restaurantes funcionários públicos e bancários sem sua maioria, sendo a entrada pelo Largo Glênio Peres o ponto por onde cruzavam frequentadores em geral. Estas pesquisas diagnosticaram também a existência da Tradição Bará do Mercado, marcada pela atividade de pais de santo em rituais de apresentação de neófitos das religiões de matriz africana ao orixá citado. Para estes frequentadores importava sobremaneira o espaço do centro da edificação.

A existência de pesquisas de cunho multidisciplinar era saudada pelos profissionais da Equipe, em especial arquitetos, pois a execução das mesmas comungava com os postulados das cartas patrimoniais de Atenas (1934) e a de Veneza de 1968, no entanto a influência deste tipo de pesquisa de cunho sócio

histórico, muitas vezes não era compreendida ou não interessava, quando em comparação com os dados trazidos pela pesquisa histórica subsidiária, focada nas características do objeto e que trazia dados de apoio ao projeto de restauração marcado pela recomposição das características originais da planta do século XIX.

O próprio lugar e papel de pesquisas históricas eram questionados, como aponta o depoimento de um dos historiadores da pesquisa:

O espaço da história (grifo meu) já era ocupado pelo historiador que estava desde o início dos trabalhos, que era o de buscar dados que pautassem os projetos arquitetônicos, a história naquele caso, era um ofício subsidiário da arquitetura, então eu precisava achar um caminho, relacionado à pesquisa histórica, que contribuísse para a restauração, porque o enfoque pontual, positivista já existia.

A contribuição do olhar dos pesquisadores de história e sociologia, neste caso, foi a de mostrar que o processo de restauração efetuado no Mercado, deveria se pautar por um problema de pesquisa. Quer dizer, aquela edificação, como um bem cultural complexo, necessitava de soluções de restauro que fossem além da preservação das características originais do edifício. No caso em tela, o problema apontado era: Como preservar a relação dos grupos sociais com os espaços do Mercado? Ou melhor, como produzir um espaço, por meio de um projeto de restauração, que mantenha a riqueza de usos e funções daquele bem patrimonial?

Este tipo de questão encontrou em alguns momentos certa desconfiança sobre a sua potencialidade de contribuir para um projeto de restauração que estava em discussão:

O mercado foi para mim um divisor de águas, não tinha eu enfrentado um trabalho com aquelas características, e os arquitetos não tinham experiência em trabalhar com história. E as informações que procuravam eram apenas as que subsidiassem seu trabalho. Lembro que quando apresentei a pesquisa sobre o Bará, um dos arquitetos me disse: "seu trabalho é interessante, mas não serve para nada". Era difícil para alguns pensar a relação das pessoas com o lugar.

No entanto, pode-se afirmar que a oportunidade de trazer à discussão da Equipe o entendimento de que o papel do campo

de estudos históricos poderia ser mais amplo do que o de buscar subsídios documentais sobre as características materiais da edificação e sobre as mudanças na área de entorno do bem, foi benéfico para as projeções de restauro e para o aprendizado dos técnicos da Equipe. Pensar-se que um procedimento restaurativo em um bem complexo poderia ser visto como um problema ou como a formulação de uma questão fundamental foi um avanço que com certeza foi responsável, junto a outros fatores, para o respeito às sociabilidades existentes no Mercado que aquele projeto de restauração ensejou.

Houve durante o período em que foi elaborado e executado o projeto de restauração, uma mudança na percepção das representações de patrimônio por parte dos técnicos responsáveis pela condução dos trabalhos. Por este caminho aponta o depoimento de um dos arquitetos da Equipe. Num primeiro momento o Mercado é entendido apenas como monumento histórico:

Minha relação com o mercado começou um pouco antes de vir trabalhar no projeto de restauração, por conta de ter interesse de trabalhar na área de patrimônio. Fui para SPM e a gente dividiu o trabalho, porque a equipe era pequena. Fazia análise de obras patrimoniais, isso lá no início do governo Olívio Dutra (1989-92). Eram a Usina do Gasômetro, o anexo do teatro São Pedro e o Mercado. As colegas apostavam menos no mercado e como eu era a mais nova fiquei com o mercado, que era muito complicado por causa dos permissionários.

A fala deste depoente chama a atenção para o conceito de patrimônio colocado em pauta. Ao colocar em ênfase como patrimônio a Usina do Gasômetro, o Teatro São Pedro (o prédio anexo) e o Mercado Público, o interesse recai sobremaneira nos prédios destas instituições em detrimento das relações sociais complexas que ocorrem em suas dependências. Pode-se ler sobre o mercado “era muito complicado por causa dos permissionários” que os arquitetos daquele setor da SPM, viam com dificuldade a ideia de que patrimônio histórico pode contemplar uma diversidade de olhares e, principalmente, que patrimônio pode ser vivido no tempo presente, mais do que representação do passado.

Durante a construção do projeto restaurativo vai se abrir

um processo de aprendizado sobre o bem a ser restaurado, que modifica a percepção que este bem passa a ter para os profissionais da Equipe de restauração. O depoente abaixo destaca o papel das pesquisas elaboradas pelas áreas de ciências humanas para a paulatina mudança na sua representação sobre patrimônio:

A restauração do mercado foi o projeto que mais contribuiu para uma nova visão sobre o que é um projeto de restauração e para inovações em Porto Alegre, pela primeira vez se aplicou as normas das cartas de restauro, projetou-se conforme os cânones que já existiam para restauração. A complexidade era enorme e foi preciso se lançar mão de uma série de pesquisas para errar o menos possível. O norte era não intervir sem o máximo que se pudesse saber sobre o monumento. Abriu-se para questões sociais e antropológicas que nunca havia antes se levado em consideração do ponto de vista técnico. Tudo era novidade e tudo era interessante.

Percebe-se que a apropriação simbólica do prédio em processo de restauração, por grupos de usuários no tempo presente (FREIRE, 1997) vai paulatinamente entrando na pauta de discussões da equipe. Embora no início da formação da mesma já se sabia que seria uma efetuada uma intervenção de grande envergadura, não se tinha uma ideia precisa da extensão desse procedimento.

A necessidade de interação permanente dos membros da Equipe com outros agentes sociais durante os trabalhos de restauração mostrou aqueles profissionais do patrimônio que é preciso entender a capacidade de interação social do objeto com os sujeitos que deste tiram as significações para o seu fazer cultural, como expressa a fala do técnico abaixo:

Reconheço que mudei, mudei durante e depois desse trabalho, não tinha experiência de restauração, despertei o interesse pelo campo. Aquela experiência foi mais do que um projeto de restauração, a metodologia aplicada pela primeira vez na prefeitura, passou a ser referência, mudou de dinâmica foi um divisor de águas, foi importante para os técnicos da Prefeitura, entenderem que não é qualquer técnico que faz projeto de restauração. Ainda, depois desse projeto, o centro mudou, veio o Largo Glênio Peres, a Praça Parobé. A prefeitura enxergou o centro histórico.

A opinião de um dos técnicos historiador vai ao mesmo sentido:

Foi um divisor de águas, mostrou a importância do historiador nas questões relacionadas ao patrimônio. O patrimônio se tornou, com a experiência no Mercado Público, uma questão de investigação, pode-se dizer campo do patrimônio, um lugar de intervenções, não só de pesquisa, como é o campo acadêmico. É preciso um olhar que pense mais as relações das práticas sociais com a cultura.

O discurso produzido pelos técnicos durante o processo de restauração capta uma modulação diferente que vai de uma representação de patrimônio baseada nas características do objeto chamada de patrimônio histórico, que tem como centralidade a força de representação do bem patrimonial a outra que valoriza as mentalidades e as significações atribuídas por outros grupos de atores sociais aos bens patrimoniais.

Entretanto quando o grupo de integrantes da Equipe Técnica se refere a patrimônio histórico normalmente o pensamento se dirige as estruturas materiais que melhor os representam que são os monumentos. A esse respeito Choay (2001) faz uma distinção importante entre monumento e monumento histórico, sendo que enquanto os monumentos foram construídos com a função original de rememorar, os monumentos históricos podem ser encarados como objetos do passado, trazidos ao presente convertidos em testemunho histórico, por critérios variados – estéticos, culturais e políticos – sem que para isso tenham tido na origem uma destinação memorial.

A leitura de Choay (op. cit.), por outro lado, nos leva a perceber que os monumentos históricos são objeto de escolha. Escolha, nesse caso, que podemos compreender como atributo de grupos sociais que possuem força para impor aos demais suas representações de história, de projeto urbano, de arte, de política e outros.

Os técnicos no desenrolar de suas atividades, passam a também ver nos objetos a propriedade de se constituir numa expressão sensorial do passado, um suporte de informações que permite várias camadas de leitura. O exame mais detido daquele prédio (objeto) mostra que a partir dele podem ser visualizadas técnicas construtivas, conceitos arquitetônicos, desejos políticos e outros fatores que originaram sua produção. Também na estrutura de construção que abriga as funções de mercado de

abastecimento, estão inscritas mentalidades (FREIRE, 1997) e formas de apreensão de significados atualizados socialmente. Em outras palavras passa a existir para o grupo de profissionais do patrimônio que estavam atuando na restauração do Mercado, a perspectiva de enxergar aquela edificação na situação de patrimônio histórico, mas também na condição de patrimônio cultural como defende Freire (op.cit), que leva em conta na definição de patrimônio, não apenas os valores históricos e materiais inscritos nos bens patrimoniais, mas em especial a apropriação simbólica que fazem deste bem os grupos sociais no seu cotidiano.

Por outro lado, as análises sobre os mapas mentais produzidos por aqueles técnicos, mostraram que embora os discursos registrados nas entrevistas revelassem que com a experiência de restauração do Mercado, realizado por uma equipe multidisciplinar, passou-se a dar valor a uma representação de patrimônio cultural, o conceito de patrimônio histórico, centrado nas características do objeto, ainda se mostrou predominante.

O esboço de mapas mentais, que nada mais são do que a execução de um desenho sobre um problema ou características pleiteadas pelo pesquisador, revelou-se um recurso metodológico importante. Sendo o conceito de relação patrimonial a relação entre o sujeito e o objeto, foi preciso buscar uma ferramenta de análise que reproduzisse a linguagem material como fonte de interação entre aqueles sujeitos e o objeto Mercado. Somente o discurso oral emanado de entrevistas não seria suficiente para se chegar a uma análise direta entre o sujeito e a estrutura material. Abaixo alguns exemplos dos esboços mentais dos técnicos:

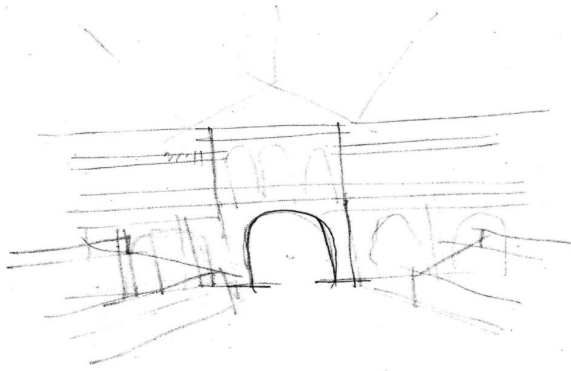


Figura 2. Mapa Mental de membro da equipe técnica arquiteto

Percebe-se no desenho, em primeiro lugar que o mesmo se refere ao espaço interno. As estruturas recuperadas nesta imagem mental são a cobertura da edificação, a fachada em arcos. O desenho das bancas (no projeto, foi inspirado no original de 1912) e a integração entre o primeiro e o segundo pavimento do prédio, destacando a recuperação do pátio interno. A imagem não remete especificamente a nenhuma relação do Mercado Público com usuários do espaço sendo centrada no objeto arquitetônico.

A próxima imagem apresentada é a de um dos historiadores da Equipe:



Figura 3. Mapa mental de profissional da equipe técnica historiador

Este técnico faz uma leitura da função do mercado enquanto centro de abastecimento e de lazer, este fato de certa forma justifica que seu desenho foque o interior do mercado. Mostra as bancas e as pessoas em atitude de compra, mesas de bar, a circulação intensa de público frequentador e a ligação com o exterior, onde aparecem figuras que podem estar tanto adentrando, quanto saindo da edificação.

É forte, porém, a marcação das fachadas em arco do pátio interno e o portão do mercado. Estas estruturas em conjunto com a simetria de um corredor direcionado à porta revelam a configuração do projeto de recuperação da arquitetura original (com as modificações de 1912) do pátio interior.

Embora as duas linhas horizontais que limitam o desenho possam inferir que existe um segundo pavimento, a cena escolhida para representar o mercado é a que ocorre no piso inferior, local que sempre ocupou a função de mercado, de vez que o pavimento superior apresentou várias funções ao longo do tempo, sem, no entanto ser um mercado na verdadeira acepção de ponto de vendas. O que mais interessa ao produtor deste esboço é mostrar o mercado como um lugar onde predominam relações entre pessoas e o espaço.

Algumas Conclusões

O texto, por meio da investigação sobre a atuação de uma equipe técnica multidisciplinar no trabalho de restauração do Mercado Público de Porto Alegre, quis trazer à tona as dificuldades e ao mesmo tempo, apontar as possibilidades de uma interação interdisciplinar entre os campos de estudo da história e o da arquitetura em particular.

Ficou patente, que o papel da pesquisa histórica esperado pelos profissionais de arquitetura, era o de disciplina auxiliar fornecendo informações para subsidiar as decisões de restauro. No entanto, mesmo com uma desconfiança inicial, a vertente da disciplina histórica que pregava a necessidade de encetar pesquisas a partir de uma questão-problema, mostrou-se de fundamental

importância para os resultados do processo de restauração do Mercado, que preservou a riqueza dos espaços de sociabilidade.

As mudanças de percepção em relação ao objeto de restauração por parte dos técnicos ficaram expressas nas entrevistas e mapas mentais, na medida em que passaram de uma concepção de patrimônio histórico (CHOAY, Op. cit.) para a visão de patrimônio cultural defendida por Freire (1997).

A pesquisa permitiu chegar-se ao entendimento de que os técnicos, ao longo do trabalho de restauração, foram capazes de absorver elementos que mostram a migração de uma concepção de patrimônio centrada essencialmente nas características do objeto, para outra que valoriza as mentalidades dos grupos sociais em relação aos objetos.

No entanto, foi por meio do conceito de relação patrimonial, que revelou contradições entre os depoimentos orais e os depoimentos explanados nos mapas mentais, que se pode perceber que existe para o grupo de técnicos mais do que uma percepção de patrimônio. No entanto, a visão de patrimônio histórico é a dominante para os mesmos. Predomina nos esboços mentais a valorização das características do objeto, e esse fato é recorrente mesmo para o profissional de história analisado. Embora o último mostre uma relação entre pessoas e o espaço interno do Mercado, seu desenho aponta com clareza para as decisões de restauro que recuperaram a unidade entre primeiro e segundo pavimento, a recuperação dos arcos e do pátio interno. A conclusão a que chegamos é a de que para o grupo de técnicos, a função primordial do patrimônio é a representação, seja de um período histórico e suas conexões, seja a de uma cultura.

Por outro lado, o papel da história no campo do patrimônio, não apenas na pesquisa, mas mesmo na gestão, deve ser redimensionado, de vez que a preservação de objetos cada vez mais ganha sentido pelo entendimento dos significados que os grupos sociais atribuem a estes objetos, sentidos estes que podem ser compreendidos mais facilmente por meio de pesquisas que caminhem no sentido da apreensão do processo de patrimonialização dos mesmos. É nesse rumo, o de enfatizar a significância dos bens patrimoniais para os grupos sociais,

que o conceito de relação patrimonial vem a contribuir. Por se mostrar uma ferramenta de pesquisa que mostrou capacidade de apontar para as modulações das compreensões sobre patrimônio entre atores do mesmo grupo social, e ao mesmo tempo flexível para aproximar e para divergir sobre representações entre grupos sociais diferentes, na medida em que aponta para uma representação dominante e para o reconhecimento de que outras representações de patrimônio perpassam pelos grupos sociais a partir de intervenções na trajetória dos bens patrimoniais.

Referências bibliográficas

ARANTES, Antonio. **As Dimensões do Patrimônio**. Texto disponibilizado no curso Patrimônio Imaterial: Políticas e Instrumentos de Identificação, documentação e Salvaguarda. Ead/ Duo Belo Horizonte, 2008

-----O Sentido das Coisas: Sobre a Construção Social dos Lugares.
IN: SCHICCI Maria C. & BENFATTI, Dênio (org). **Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro**: PUCCAMP\PROURB. Campinas, 2004

ARAÚJO, Marcelo, M. Comunicação Museológica: desafios e perspectivas. **Seminários de Capacitação Museológica – Anais**. p. 304 a 315. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001

FONSECA, Maria Cecília L. Para Além da Pedra e do Cal: uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: FAPESP/SENAC, 1997

LEWGOY, Bernardo. **A Invenção de um Patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS**. Porto Alegre: UFRGS: 1992. Dissertação de Mestrado

LORENTZ, Kátia B. **Relatório de Pesquisa Mercado Público de Porto Alegre Parte I**. Porto Alegre: SMC\PMPPA, 2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de M. A problemática da identidade cultural nos museus. In: **Anais do Museu Paulista: n. 1 1993**

_____. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor H. IPHAN: **Patrimônio: Atualizando o Debate** – Vitor H. Mori, Marise C. de Sales, Rossano L. Bastos Haroldo Gallo (org). São Paulo 9º SR/IPHAN, 2006

VARGAS, Pedro Rubens N. F. **O Mercado Central de Porto Alegre e os Caminhos Invisíveis do Negro**: uma Relação Patrimonial. UFRGS/PROPUR. Porto Alegre, 2011.

_____. História e Arquitetura na Restauração de Bens Culturais: Uma Relação a ser (Re) Descoberta. **2º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação**. CD. Belo Horizonte, 2011.

